

---

# DANTE DE LAYTANO E O FOLCLORE NO RIO GRANDE DO SUL

*Daisy Macedo de Barcellos*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

**Resumo:** *Este artigo aborda aspectos da produção intelectual do historiador e folclorista Dante de Laytano com vistas a analisar os processos de divulgação e recepção de suas idéias a luz do contexto intelectual e político no qual seu pensamento se insere.*

**Abstract:** *This article concerns certain aspects of the intellectual production of the historian and folklorist Dante de Laytano, analyzing processes involved in the transmission and reception of his ideas and taking into consideration the political and intellectual context of the time.*

## Introdução

Este artigo visa caracterizar aspectos do pensamento social de Dante de Laytano, historiador e folclorista através de algumas de suas publicações disponíveis para exame, privilegiando as mais significativas segundo a sua própria opinião e segundo o problema central em torno do qual abordarei sua contribuição a saber, fundamentos da cultura riograndense e a formação do gaúcho. Este intelectual teve significativa participação na valorização da cultura riograndense como campo de estudos e influenciou as instituições públicas no sentido do reconhecimento do folclore como tema de interesse do estado. A criação da Comissão Gaúcha de Folclore é, entre outros fatos, um indicador de sua influência.

Utilizando para tal a noção de campo intelectual de Pierre Bourdieu (1983) e a distinção dos diversos momentos do processo de consagração das idéias e de seus autores que definem a verdade acerca de uma determinada realidade. Certos temas constituem motivos de disputas e polêmicas e estas caracterizam as lutas próprias do campo intelectual. A publicação e a apropriação de obras, as instâncias onde se efetuam estes processos são momentos fundamentais que procuro aqui tomar de modo devidamente contextualizados.

Abordo, nessa perspectiva, a participação de Dante de Laytano no debate relativo à posição do Rio Grande do Sul no país a partir do significado por ele atribuído à Revolução Farroupilha e ao estudo que faz do folclore riograndense. A sua trajetória mostra a significativa participação que teve na difusão dos temas e autores do estado.

Trabalhei com parte da sua produção intelectual publicada – aquela com persistência e consagração no Folclorismo no Rio Grande do Sul.

Dante de Laytano representou os intelectuais do sul em várias oportunidades. Ele é referido no próprio campo, recebeu honrarias, ocupou cargos honoríficos, além de posições políticas e profissionais de destaque. A sua participação na criação da Comissão Gaúcha de Folclore em 23 de abril de 1948, da qual foi o primeiro presidente, foi dado considerado na escolha de sua produção intelectual para exame.

Da totalidade dos nomes constantes na relação dos fundadores da Comissão Gaúcha de Folclore, constante na segunda edição de *O folclore no Rio Grande do Sul* (Laytano, 1987), a seleção de sua contribuição se fez a partir da relevância e notoriedade que obteve e do fato de ter sido possível obter alguns dados biográficos seus para reconstrução de sua trajetória bem como o acesso a suas publicações mais significativas.

Dante de Laytano atribui à sua *História da República Riograndense* o seu redirecionamento intelectual. Em 1935, ano da sua publicação, freqüentava como aluno a Faculdade de Direito de Porto Alegre (hoje parte da UFRGS), lecionava Português nos Colégios Anchieta e Rosário (escolas de elite mantidas por Jesuítas e Maristas respectivamente) e no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, centro onde se originou a articulação que cria o 35 CTG em 1948.

Considerando haver Dante concluído o Curso de Direito em 1941, foi aluno de Darcy Azambuja, notório regionalista, também fundador da Comissão Gaúcha de Folclore e egresso da mesma Faculdade. O peso cultural e político de Darcy Azambuja certamente emprestou poder à criação da Comissão Gaúcha de Folclore.

A trajetória de Dante de Laytano não deixa de repetir o modelo de Azambuja. Sua produção intelectual é, entretanto, voltada principalmente para a História e o Folclore, sem significativa produção no campo literário. Sua tese sobre a Revolução Farroupilha, onde refuta as de Alfredo Varela, informam decisivamente o regionalismo gaúcho e os estudos históricos do Rio Grande do Sul sobre aquele episódio.

Seu envolvimento com o regionalismo teve o caráter de institucionalização dos princípios formadores do Rio Grande do Sul e da tradição gaúcha a nível dos poderes públicos, o que favoreceu a divulgação dos estudos regionais sulinos, sua legitimação e a construção da hegemonia das bases fundamentadoras do regionalismo/tradicionalismo, muito embora certos aspectos de sua obra sejam desconsiderados na mística da composição do gaúcho pelo tradicionalismo pelos empréstimos platinos que este apresenta. Presidiu e participou de instituições públicas de nível consultivo e de assessoria (além dos cargos propriamente ditos) as quais possuíam caráter quase cerimonial (caso da Comissão de História da UFRGS) a maior parte do tempo. Mas sua presença levava ao plano oficial o discurso acerca do Rio Grande e de sua realidade histórica.

Dante é filho de imigrantes calabreses e casado em primeiras núpcias com D. Ilha Lopes de Almeida. Esta, pertencente à família tradicional gaúcha, mantinha certo parentesco com João Goulart (irmã do marido de uma das irmãs de Jango). Com toda certeza isso o aproximou, não apenas de Getúlio mas do poder local. No governo de Getúlio é nomeado Catedrático de História da Faculdade de Filosofia, onde iniciou mediante autorização em 1944; em 1952, ano da federalização da Universidade, é nomeado interinamente como Catedrático. Os dados obtidos em sua pasta funcional examinada nos arquivos da Secretaria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS – permitem perceber que Dante não prestou os exames para cátedra, como era praxe.

Ocupou uma série de cargos não universitários: Juiz Municipal de Sobradinho e Torres, Promotor Público em Rio Pardo (cidade natal de Dona Ilha, sua esposa) e Cachoeira do Sul, Consultor Jurídico das Secretarias da Agricultura e Educação e Cultura. As datas em que ocupou estes postos não foram informadas em seu “currículum”, que foi apresentado após 1956, ano em que foi efetivado no cargo. Foi também Diretor do Museu Júlio de Castilhos – órgão do Governo do Estado, do qual se exonerou em 1961.

Sua caixeira acadêmica demonstra também uma trajetória política: foi Chefe de Departamento – 1964 e 1971; Presidente da Comissão de História da UFRGS, Vice-Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – 1972; Diretor do mesmo Instituto – 1975, cumprindo mandato e 1976 eleito (cargo no qual se aposenta, sendo recontratado para Presidir a Comissão de História).

Foi também Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Seminário Maior de Viamão, na Universidade de Caxias do Sul e na Faculdade Palestrina. Esta última mantinha um Curso de Especialização em Folclore.

Participou de inúmeras Comissões e Academias, ocupando diversos cargos honoríficos. Recebeu grande quantidade de condecorações e homenagens. Foi membro de Conselho Estadual de Educação, do Conselho de Cultura do Rio Grande do Sul, Presidente da Academia de Letras do Rio Grande do Sul – 1979 e membro da Academia de Letras de Brasília. Recebeu do Governo da França a Comenda no Grau Oficial da Ordem Nacional do Mérito da República e foi indicado membro da Academia de História de Portugal, entre outras mais.

Dante foi presença que inúmeras vezes representou o Rio Grande do Sul em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior. Em sua pasta funcional é muito grande o número de afastamentos autorizados para participação em conclaves científicos, além de viagens que recebeu como premiação de algum tipo, em especial a Portugal onde recebeu título de cidadão de duas cidades portuguesas.

Recebeu inúmeras medalhas e placas de prata de diversas instituições nacionais, locais e estrangeiras. Seu papel no Folclorismo e Tradicionalismo é atestado em várias oportunidades, tendo recebido o Troféu Gauchesco do Grupo Universitário de Tradição em 1987, o que atesta sua persistência e o nível de apropriação de seu trabalho pelo tradicionalismo gaúcho.

Publicou inúmeras obras, entre elas deve-se destacar os livros:

*Uma Mulher e Outras Fatalidades*. Casa Editora de Autores Modernos, Porto Alegre, 1931 (esgotado).

*Colecionadores de Emoções. Crítica Literária*. Globo, Porto Alegre, 1933 (esgotado).

*História da República Riograndense (1835 – 1845)*. Globo, Porto Alegre, 1935 (esgotado). Reeditado em 1983.

*As Congadas no Município de Osório*. Textos Musicais e Versos coligidos por Enio Freitas e Castro. Associação Riograndense de Música, Porto Alegre, 1945.

*Açorianos e Alemães*. Globo, Porto Alegre, 1948.

*Fazenda de Criação de Gado*. Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1950.

*A Estância Gaúcha*. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1952.

*Festa de Nossa Senhora dos Navegantes*. Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul, v. 6, 1955.

Esta relação (referida por ele como básica em sua obra) está muito longe de ilustrar o grande número de publicações de Dante, das quais pude coletar o total de 30 trabalhos selecionados em meio a farto material disperso e desorganizado, onde aborda os temas relativos à formação histórica e cultural do Rio Grande do Sul – indígenas, negros, japoneses, italianos, alemães, a região de fronteira, açorianos, judeus, o linguajar, as festas populares e os grandes momentos da história do Estado.

Suas publicações se estendem até a década de 80 e se pode perceber o quanto significou sua presença no meio político para a divulgação do seu trabalho, pois pode-se relacionar de modo claro as datas, os editores e o cargo por ele ocupado na ocasião em grande número de casos.

O fato do Professor Dante de Laytano, enquanto representante da intelectualidade gaúcha, possuir uma trajetória interessante para os fins propostos (apesar de não ter sido possível reconstruí-la na sua totalidade), a sua escolha como objeto de estudo se justifica, em especial por sua participação no debate em torno do qual centrarei meu interesse – o caráter da Revolução Farroupilha e da tradição gaúcha.

## A questão regional

O debate referente à identidade do povo riograndense do sul – o povo gaúcho – quanto à sua formação e singularidade no contexto brasileiro é uma constante. Aparece com vigor a partir dos anos 20, período no qual a questão regional se coloca como elemento de configuração do nacional, do brasileiro.

Esse debate teve como expressão maior de realização no campo intelectual, o Movimento Regionalista de 1926, espécie de reação à Semana de Arte Moderna de 22, o Modernismo, no qual a problemática nacional e a construção da nação e da feição do povo brasileiro, ou da raça brasileira, conduziam a uma homogeneização correspondente às características tomadas pelo Brasil urbano em formação e pela hegemonia do sul, em oposição ao norte de então.

O Regionalismo, movimento literário nordestino, inaugura a inserção do Nordeste como categoria regional, destacando sua especificidade tipificado com excelência nas obras de José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, entre outros.

Ruben Oliven analisando a problemática regionalista, refere-a como uma face da constante oscilação que a intelectualidade brasileira que, historicamente, hora valoriza o brasileiro, o nacional, hora o estrangeiro. Caracteriza o movimento

regionalista como um movimento literário que se opôs ao Modernismo que investia no nacionalismo como forma de atingir o “universal” (Oliven, 1986).

O Manifesto Regionalista de Recife (capital mais desenvolvida do Nordeste), que dataria de 1926 embora publicado em 1952, expressava um movimento cujo sentido seria inverso ao Modernismo de 22. O autor mostra que o Regionalismo “deseja preservar não só a tradição em geral, mas especificamente a de uma região economicamente atrasada” (Oliven, 1986, p. 69).

De fato o Manifesto defendia a idéia da região enquanto unidade de organização nacional, a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, e do Nordeste em particular.

Com Gilberto Freyre se salientou o caráter inovador em termos metodológicos e temáticos nos estudos da sociedade, inclusive história social, onde a orientação ecológica e antropológica se faziam presentes. Novos campos teriam sido incorporados ao estudo do país, entre outros o sexo, a mestiçagem, a culinária, a interpenetração de culturas. Destaca novos elementos como importantes para a formação do “povo brasileiro”, tais como o judeu e o mouro (o que teria escandalizado a intelectualidade na época), além de tratar a herança negra e indígena no “plural”, isto é, com suas diferenciações culturais, sua diversidade de origem e sua condição no Brasil, especialmente no caso dos africanos. Esse aspecto foi enfatizado como central para escrever a história do Brasil a qual se teria beneficiado da bagagem cultural de grupos negros, superiores em certos aspectos a da cultura européia. Disse o autor:

Entretanto, não foi apenas reconsiderando as “três raças” na formação brasileira, mas atribuindo, numa aplicação sistemática da então nova teoria de Franz Boas ao caso brasileiro, importância muito maior à cultura do que à raça e rompendo com o “arianismo” do aliás notável sociólogo Oliveira Viana, que os renovadores recifenses surgidos na década de 20 verdadeiramente revolucionaram a filosofia e a metodologia em estudos antropológicos e históricos de sociedades extra-européias, especialmente das euro-tropicais, como destacaria Roger Bastide. (Freyre, 1976, p. 23).

Para ele, o Movimento de 26, teria aberto ainda o campo da história do cotidiano ou sociologia do cotidiano, e também a “sociologia dos tempos simultâneos” conforme teriam destacado Balandier e Bastide, respectivamente. Os reflexos do regionalismo são percebidos por ele não só no campo da sociologia, antropologia, história e artes e literatura, mas também na música e

arquitetura, onde o regional – o povo e sua cultura e meio ambiente – servia de móvel à criação. O modo de ser regional que o Movimento expressaria, estaria mais fortemente assentado na história, na sua formação do que na geografia.

O Manifesto apresentava pretensões expansionistas, esperando “ver se desenvolverem no país outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao Movimento sentido organicamente brasileiro, e, até, americano...” (Freyre, 1976, p. 54-55). Preconiza, então, a articulação das formas regionais de expressão cultural (concretas) em conjunto com o que é “geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano”.

Da mesma forma que o Nordeste,

o Rio Grande do Sul, cujas elites reclamam maiores benefícios para o estado argumentando que ele estaria se esvaziando economicamente e perdendo a importância política que desfrutava no passado. No Rio Grande do Sul está havendo também um ressurgimento da cultura gaúcha... (Oliven, 1986, p. 74).

Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil* (1933), trata da configuração regional de paulistas, fluminenses e mineiros. Afirma a especificidade destes estados com seus traços e tradições que os singularizam. O *Campeador Riograndense* (publicado postumamente pela José Olympio em 1952), é tipificado numa análise na qual trabalha a formação do homem do pampa gaúcho, sua história e composição racial e seus traços mais marcantes. Tem-se aí, tanto a afirmação da diversidade regional do país, quanto a preocupação de destacar a brasilidade das populações destes estados, superiores, apresentando os aspectos que justificariam a hegemonia que apresentavam no contexto nacional. A singularização que ele constrói para estes estados, é elaborada com base nos traços que caracterizam o homem rural brasileiro não nordestino. Com o *Campeador Riograndense* o sul se alonga ao extremo sul do país, integrando o Rio Grande do Sul no debate nacional enquanto espaço de sua formação. Com isso vai também participar da discussão que no próprio Rio Grande já se havia instalado acerca das origens das tradições gaúchas. O bandeirantismo (reafirmação da qualidade superior dos descendentes dos bandeirantes) e o lusitanismo (enquanto negação da hispanidade do gaúcho) vão integrar as polêmicas havidas então.<sup>1</sup>

Alguns pontos em comum podem ser observados em meio às polêmicas: a contribuição dos indígenas – Charruas e Minuanos – na formação da fibra

---

<sup>1</sup> Sobre isso ver Oliven (1986, 1990).

do homem do sul, o gaúcho, tal como é percebido na região do pampa. Temos então o riograndense do sul sendo definido através dos atributos, estilo de vida, temperamento, linguajar imaginado em sua configuração em tempos remotos da história gaúcha.

A ênfase no regional correspondeu, no Rio Grande do Sul, à construção de um tipo regional circunscrito a um estado, ou mais especificamente a uma região do Estado, em que pese a contribuição dos historiadores locais que procuraram, de modo semelhante ao do modelo que é sistematizado no Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, configurar o Rio Grande do Sul na sua diversidade cultural, sendo Dante de Laytano exemplo desse esforço.

O gaúcho é diferenciado, na sua origem e formação, dos demais brasileiros a partir das características que lhe foram conferidas não só por sua labuta campeira, mas pelo caráter que lhe foi atribuído em decorrência dos ciclos de guerras que enfrentou no processo de estabelecimento das fronteiras nacionais. A Revolução Farroupilha constituiu o marco diferencial do gaúcho, além de ser o episódio em torno do qual a relação do gaúcho com o país passa a ser estabelecida simbolicamente. A opção brasileira do gaúcho ou sua derrota na tentativa de se autonomizar do Império são as alternativas encontradas para explicar o desenrolar da história do estado.<sup>2</sup>

A sucessão de episódios de guerras, o envolvimento da população riograndense nas contendas do Prata denotam os conflitos de interesses-atualizados no estado. Sua formação diversificada, a indefinição de fato da fronteira, o papel econômico da sua estrutura produtiva no contexto nacional, teriam estabelecido a posição ideológica do gaúcho de forma ambígua quanto a sua brasilidade não sendo clara a sua opção até 1845, final da guerra dos Farrapos.

Uma vez construído o tipo – o gaúcho –, ele tenderá a abranger um número cada vez mais variável de itens, segundo os debates estabelecidos pelos intelectuais do agora sul, especialmente os historiadores folcloristas e os tradicionalistas, envolvendo a produção literária – em especial Érico Veríssimo, cuja trilogia *O Tempo e o Vento* ilustra a ênfase que se deu aí aos aspectos formativos de uma cultura gaúcha, privilegiando sua gênese histórica e antropológica.

A especificidade do Rio Grande do Sul e a busca de sua própria identidade, passa tanto pelas condições objetivas de inserção do “regional” no “nacional” quanto pelas idéias que se formam acerca desse mesmo processo, e que se

---

<sup>2</sup> Ver Targa (1988, 1991).



expressam nos debates que se dão sobre o caráter do movimento farroupilha – separatismo/federalismo –, acerca da origem do povo gaúcho e de sua tradição – lusitanidade/hispanidade –, além dos traços e elementos que constituem a bagagem tradicionalista gaúcha para construção da figura do gaúcho.

Dante de Laytano em *O Folclore no Rio Grande do Sul*, tem como proposta demonstrar que a herança cultural do gaúcho é exclusivamente luso-brasileira (Laytano, 1987). Considera o gaúcho brasileiro distinto do argentino, uruguaio, paraguaio, identificando sua formação como autônoma e inclusive capaz de haver influenciado aqueles de fora da fronteira brasileira.

Desenvolve seu trabalho afirmando esta lusitanidade e destacando a diversidade étnica da formação do Rio Grande do Sul, com base na identificação e elucidação da formação histórica do estado e do exame dos legados culturais destas etnias formadoras onde destaca o português (o açoriano), o indígena e o negro, nos períodos mais remotos e nos demais grupos que concorreram para seu povoamento – imigrantes Alemães, italianos, poloneses, japoneses, judeus, etc. Os falares, as danças, as comidas, a indumentária, são exemplos do tipo de trabalho que desenvolve.

Traços culturais e sua origem histórica constituem a base empírica a partir da qual defende sua tese da luso-brasilidade do gaúcho, que termina por compor o tipo regional do sul sob a hegemonia do padrão desenvolvido com base no traço produtivo que conferiu sua peculiaridade: a lide pastoril na forma com que se desenvolveu no pampa.

O conteúdo do seu trabalho enfatiza, a par das raízes históricas, dos traços fundamentais que marcam a identidade da região gaúcha com a multiplicidade de influências culturais que recebeu, o elo lusitano da cultura do sul, configurando-a como uma totalidade. Afirma o pertencimento do Rio Grande, por esta via, ao Brasil, cuja diversidade regional é também destacada.

Remete seu pensamento à tradição regionalista de 1926, O Movimento do Recife, cujo Manifesto diz: “sem o lastro português não haveria unidade nacional sob a variedade cultural”. Reproduz no nível interno da “região” gaúcha a articulação cultural, onde diferentes influências compõem uma totalidade, produzindo uma feição que, ao mesmo tempo que se diferencia das demais regiões do País, dele se aproxima. Ou seja, integra-se ao nacional.

Desse modo, a idéia do que seja a realidade gaúcha, passa por uma construção que de certo modo conduz o seu desfecho, em que pese a existência de fato de particularidades na formação do Rio Grande do Sul, que o singulariza culturalmente, o autonomiza economicamente e entretanto o articula à Nação.

Essa leitura da realidade, a lógica que lhe é subjacente vai, ao longo da história política riograndense e nacional, cumprir papel de relevo na condução das disputas pelo poder local e no confronto das demais forças políticas do país.

O movimento Farrapo iniciado em 1835, proclama a República do Piratini (1837) na então Província do Rio Grande do Sul. Entre 1837 e 1845, ela se coloca como um Estado autônomo do Império do Brasil, tendo como território especificamente a região de pecuária (da qual o movimento tradicionalista vai resgatar as lides, os traços, as tradições), pois Porto Alegre e a região colonial e o litoral dos charqueadores de Pelotas mantiveram-se sob o controle do Império.

As formas básicas de interpretação do movimento seriam: uma, representada por Alfredo Varela que via o movimento como republicano, separatista e fazendo parte do ciclo de guerras platinas; outra a vê como parte das guerras civis que eclodiram durante as décadas de 30 e 40 em todo o país, expressando a luta federativa (se necessário separatista), republicana e liberal das Províncias contra o centralismo e a Monarquia, visão esta defendida por Dante de Laytano que afirma o nacionalismo dos Farrroupilhas como ponto indiscutível.

Dante de Laytano em *A Republica Riograndense*, trata do movimento de 1835 desenvolvendo suas idéias acerca daquele movimento revolucionário.

O teor da estruturação do trabalho ilustra a tentativa de provar que o separatismo da Revolução constituía uma alternativa última, sendo os propósitos dos revolucionários claramente republicanos e federativos, sem que em nenhum momento fosse posto em dúvida o seu pertencimento ao Brasil

Para respaldar a sua tese da brasilidade dos Farrapos, usa as causas do movimento onde os fatores que aproximam o Rio Grande do Sul de uma identidade brasileira são destacados. Todo o trabalho é permeado de afirmações enfáticas que expressam a intenção de, além de afirmar uma interpretação, negar, refutar aquelas que afastam o movimento do conjunto de rebeliões brasileiras antiimperiais.

E famosa a carta de David Canabarro (um dos principais líderes farrroupilhas) a Rosas (Ditador argentino) como argumento do nacionalismo farrapo. Ela é usada também por Dante como prova do desejo farrapo de manter seu pertencimento ao Brasil apesar do Império e do papel dos gaúchos na defesa das fronteiras nacionais. Dante cita o seguinte trecho:

Senhor. O primeiro dos vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a Paz de Piratini com os Imperiais, por acima

de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encontrariam, ombro a ombro, os republicanos de Piratini e os monarquistas de Sr. D. Pedro II. (Laytano, 1983, p. 36).

Esta carta é do final do período da República, com Bento Gonçalves e David Canabarro já sitiados, com a perda de parte de seus Generais. Constituiu resposta à carta de Rosas que diz: “Meus soldados estão prontos para cooperar com os valorosos riograndenses. A um aceno, cruzarão a fronteira e derrotarão os Imperiais. Aceitais este auxílio que vos dará a vitória?” (Laytano, 1983, p. 36).

Dante viu na carta de Canabarro a Rosas os princípios nacionalistas lá expressos. Diz ele: “Os Farrroupilhas foram brasileiros. É preciso que se repita isto mil vezes. Ou não somos brasileiros? Que responda a própria história” (Laytano, 1983, p. 37).

Nega o isolamento do Rio Grande como causa determinante da rebeldia e afirma a tradição luso-brasileira do povo gaúcho e dos revolucionários:

A Revolução Farrroupilha não veio do isolamento do Rio Grande do Sul. Este isolamento manteve-se durante séculos sem afetar os vínculos da cultura luso-brasileira da qual fomos, o que nos dá o maior de todos os títulos, um defensor acérrimo. Que houvesse um ressentimento generalizado, admite-se. [...] Quanto ao isolamento do Rio Grande, o gaúcho responde justamente o contrário, exigindo igualdade de tratamento como brasileiro. Mas partiu para uma Revolução para que sua voz fosse ouvida. (Laytano, 1983, p. 41).

E freqüente que os trechos que afirmam o pertencimento do movimento ao Brasil deixe subjacente a idéia do gaúcho como brasileiro por opção. Isto fica claro no tipo de utilização que é feita das cartas de Canabarro e Rosas. A Revolução opera como um dado que aciona simultaneamente a especificidade regional e o nacionalismo (o que não surpreende se levarmos em conta a época em que o texto foi produzido), sem deixar de reafirmar o caráter libertário e o potencial autonomizador que ela legou ao Rio Grande do Sul e ao seu povo.

Nega o Rio Grande do Sul como exclusivamente “fronteira” através da afirmação da diversidade de sua formação e estende esta diversidade a origem dos líderes revolucionários:

A fronteira não é todo o Rio Grande do Sul mas ela influi na vida do Estado. Os países do Prata nasceram como Repúblicas, Buenos Aires e Montevideú estão

mais próximos do que o Rio de Janeiro, a linha de fronteira é viva. [...] A fronteira possui um quadro movimentado por numerosos aspectos, o fronteiriço tem uma mentalidade própria, mas todo o riograndense não é um fronteiriço mas todo fronteiriço é um riograndense. [...] Os líderes da Revolução não eram da fronteira... (Laytano, 1983, p. 42).

A utilização da variedade ecológica do Rio Grande como fator da diversidade que apresenta, não redutível ao Pampa (fator presente no tradicionalismo) não significa adesão ao determinismo geográfico estrito, embora chegue a afirmar que o “clima determine um tipo de vida diferente”. Está mais voltado aos aspectos culturais que se sobrepõem às condições ecológicas. Situa as peculiaridades gaúchas como traços regionais brasileiros e apresenta a diversidade interna do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande se apresenta de maneira própria com as imensas coxilhas. O horizonte distante, livre e longe, além de enorme, a planura verde, as elevações moderadas das coxilhas que ocupam uma parte importante da área ecológica e do espaço que se chama Pampa. A serra coberta de pinheirais e propícia ao trigo pelo clima saudável do frio. O litoral de acesso raro, a montanha terminando em Torres, encerrando os acidentes orográficos da costa Atlântica do sul. As lagoas entre a faixa litorânea e os campos de gado e arroz. Mas a preocupação de fazer do pampa a única paisagem do Rio Grande do Rio Grande não é admissível. O Pampa ou a Pampa, de fato é um dos contextos típicos da natureza gaúcha. A hostilidade do litoral, a riqueza do planalto e a fartura da depressão central também. (Laytano, 1983, p. 43).

Diz ainda o autor que

a idéia de que o gaúcho é um ser à parte no tipo brasileiro não deve ser confirmada porque não corresponde ao conceito étnico. Mas o Nordestino, o caipira, o baiano, para definir melhor os tipos, o cangaceiro, o vaqueiro, são regionalizações inteiriças do homem brasileiro. O gaúcho por sua vez, sofre numerosas adulterações da descrição de seu caráter ou sua formação. Surge a idéia que o gaúcho riograndense tem que ser igual ao gaúcho argentino ou ao gaúcho uruguaio. Eles não são iguais. Distinguem-se até bastante. O nômade, o gaudério, o cigano, o pobre que representa a classe oprimida no cenário argentino ou uruguaio não se coaduna com o gaúcho brasileiro que é o riograndense. Mais independente, mais pobre, sim. Mas o gaúcho é o peão de estância, tem que ter um toque de índio, precisa ser escravo do cavalo e satisfeitas as três imagens simultâneas explica-se o gaúcho. Mas todo o riograndense não se filia a

uma civilização rural. Há uma civilização urbana. O século XIX ainda não aceitava outro tipo de gaúcho que não fosse o do campo. Hoje todo o Riograndense é um gaúcho, o riograndense do sul. [...] Mas os outros povoadores do Rio Grande, como os de descendência alemã ou italiana, não são gaúchos? Dentro do Rio Grande do Sul faz-se a diferença. Fora do Rio Grande não se faz. O povoador luso-açoriano realmente fez do riograndense um brasileiro peculiar. Mas brasileiro. O paulista e o lagunense contribuíram fortemente para a sua formação. O mesmo acontece com os militares mineiros, fluminenses, baianos e pernambucanos que são destacados para servirem no Rio Grande e que aqui ficam. O índio, em pequena escala. O negro, de 10% a 15% na população do Rio Grande do Sul. Depois da Independência do Brasil, a entrada dos germânicos e peninsulares, mais poloneses e, em menor ou diminuta quantidade, os franceses, suíços, belgas, ucranianos, suecos, letonianos, espanhóis, sírios, árabes, turcos, libaneses, judeus, etc. Mude-se o conceito de gaúcho. (Laytano, 1983, p. 45).

Marca as diferenças próprias do gaúcho ao mesmo tempo que busca nos demais regionalismos do país a adequação das especificidades ao conjunto da nação, do país, cuja constituição transita pelos regionalismos.

O folclore gaúcho tem na verdade traços absolutamente seus. Não os tem o cearense e o capixaba, o paranaense e o piauiense, o catarinense e o maranhense, etc.? O folclore advém de um lastro puramente brasileiro, o folclore gaúcho é brasileiro. A contribuição açoriana acomoda as linhas de originalidade do folclore gaúcho. Entretanto, as tradições campeiras são fortes e o folclore gaúcho é pastoril na sua maior parte. (Laytano, 1983, p. 46).

Utiliza a presença do negro como fator de aproximação entre a cultura regional do sul e o país:

Veja-se que o folclore gaúcho, como o brasileiro, deve ao negro muitas imagens destacadas. O aferrar-se a determinado ponto de partida do folclore, também explica a posição do gaúcho. Faz questão de usar o folclore seu como coisa que não se repete no Brasil. Não exprime a verdade. O bumba-meu-boi, as congadas, quicumbís, moçambiques, cavalhadas, pau-de-fita, etc. não são comuns no Brasil inteiro? (Laytano, 1983, p. 46).

A influência espanhola é recolocada, marcando a posição superior do luso-brasileiro do sul: “O espanhol nem teve tempo de entrar no Rio Grande e quando entrou foi em seguida expulso. Do outro lado da fronteira

brasileiro-argentina ou brasileiro-uruguaia fez-se sentir grande influência. Mas influência recíproca” (Laytano, 1983, p. 46).

Essas passagens longe de atuarem como explicadoras do movimento farroupilha, servem como afirmação da brasilidade do povo gaúcho. Sem negar o predomínio do folclore pastoril fronteiriço, incumbe-se de provar que o Rio Grande é algo mais que essa fronteira e que as particularidades regionais remetem, através da tradição luso-brasileira, ao restante do país, este que também não é livre de especificidades e regionalismos. Pelo contrário, tem aí a sua marca.

Cabe destacar a data da primeira publicação deste trabalho (1935) e associá-la a ascensão de Vargas. O tom utilizado demonstra a finalidade polemica: a negação das teses de Varela que no Congresso de História e Geografia promovido pelo Arquivo Histórico e Geográfico em 1935 (cem anos da Revolução Farroupilha) foram duramente criticadas.

A cultura lusa, em especial a língua, são tomadas pelo autor como aspecto estruturador da formação cultural do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que é o fator de inserção do regional no nacional. Não só a ideologia farrapa é tomada para demonstrar o ideal brasileiro do gaúcho, mas a hegemonia do lusitano na sua formação. A língua portuguesa é central em Dante para demonstrar o vínculo luso-brasileiro dos gaúchos:

O dialeto gaúcho vive dos termos do Português da Renascença que o açoriano trouxe das ilhas e a fonética açoriana empostou a voz do gaúcho com um luso-brasileirismo cheio de pureza de linguagem. O vocabulário gaúcho é uma lição de português. (Laytano, 1983, p. 46).

Para explicar a Revolução, aponta fatores estáticos – fronteira, paisagem, clima, isolacionismo, o povo, a tradição, o folclore e a linguagem, devidamente relativizados –, e fatores dinâmicos – dívida militar da Coroa e a derrota de Ituzaingó em 1827 como motivação imediata, no bojo do conjunto de causas de natureza político-militar e de origem econômico-financeira.

Acerca dos fatores estáticos, já ilustramos o tipo de utilização que é feita: reconhece que esses itens podem estar subjacentes, mas nunca significando um distanciamento da luso-brasilidade aí contida.

Apela para que, mesmo se afirmando as causas econômicas não se despreze as militares para compreender o conflito. Dívidas de guerra, o fato de cada estancieiro ser um militar ou ter um deles na família, o qual com seus recursos defendeu as fronteiras:

De onde saíam o gado, os cavalos, as mulas. Quem fornecia as forragens? Não eram só os fazendeiros. Eles não eram a classe política só porque eram economicamente abastadas? Ou porque eram militares dispostos às guerras e revoluções que as enfrentavam sem temor? Todos os fazendeiros eram militares? Se não o fossem, naturalmente havia exceções, as famílias estavam representadas sempre nas forças armadas. (Laytano, 1983, p. 64).

Para ele “existiu a consciência militar no fazendeiro do Rio Grande do Sul por força de sua formação, suas origens e ascendência” (Laytano, 1983, p. 65).

Ao discutir a presença de platinos na Revolução, entra em discussão com Alfredo Varela, afirma que os nomes de castelhanos que colaboraram com o movimento farrapo não pensavam em incorporar o Rio Grande do Sul ao Uruguai ou à Argentina, e sim “os propósitos destes participantes eram o de se associarem ao pensamento da Revolução e não o de agirem com táticas escusas” (Laytano, 1983, p. 65).

Utiliza o lugar de nascimento dos principais líderes – Bento Gonçalves e David Canabarro e que não são fronteiriços – para defender suas idéias, apesar de reconhecer que ambos serviram na fronteira e que Bento Gonçalves foi casado com uma uruguaia. Sobre este aspecto Dante diz que “uma condição familiar nada tem a ver com os caminhos da revolução”.

É como se a questão do separatismo estivesse associada exclusivamente ao platinismo e que a negação deste último configurasse a brasilidade do conflito e comprovasse o seu caráter federativo e autônomo, autonomia esta extremamente reafirmada ao longo da obra e persistente nas concepções que se formaram acerca do Rio Grande. Nega que os revolucionários mantivessem relacionamento político com os vizinhos, mas não explica o exílio garantido do outro lado e as constantes viagens àqueles países.

Além de defender uma tese sobre a Revolução Farroupilha, Dante desenvolve ao longo de seu argumento uma tese culturalista da formação rio-grandense. Nela, ele articula elementos ambientais (geográficos), lingüísticos e históricos. Com isso avança a leitura antropológica da cultura brasileira ao sul do país, dialogando com as tendências abertas a partir da contribuição de Freyre.

De certa forma Dante percebe o impasse político presente na revolução Farroupilha, pois considera que o separatismo seria a alternativa última para os farrapos, desde que com autonomia e sem adesão platina de nenhum tipo.

Situa então a colaboração platina no mesmo plano de outros estrangeiros e brasileiros de outras regiões que aderiram ao ideal farrapo (teoria de coparticipação), e conclui: “[...] o ideal farroupilha era patriótico, não se

supria de forças contrárias ao interesse nacional e Piratini pensou sempre em termos de conscientização de manifestação revolucionária de cunho nitidamente brasileiro” (Laytano, 1983, p. 111).

Em 1935, ano do centenário da Revolução Farroupilha, realizou-se o Primeiro Congresso de História e Geografia promovido pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Nesta oportunidade as teses de Alfredo Varela acerca do caráter separatista da Revolução foram fortemente combatidas. Não obtive dados referentes a participação de Dante de Laytano neste evento, mas é de 1935 a primeira edição de *A República Riograndense*, que trata do Movimento Farroupilha, onde apresenta sua tese básica da lusitanidade das tradições gaúchas e da brasilidade dos Farrapos.

Destaque-se que este Congresso e a negação do separatismo se dá num período do que Targa chama de “escalada dos gaúchos no cenário político nacional”. No contexto brasileiro dos anos 30, com Getúlio Vargas na Presidência, a mobilização geral dos historiadores gaúchos contra as teses separatistas de Varela, se justificava para combater a idéia de que o Rio Grande do Sul (Targa, 1991).

Se há dúvidas sobre a questão do movimento Farrapo (separatismo), e a existência dessas polêmicas o demonstram, também é verdade que muito da força do gauchismo vem da percepção de que um Rio Grande do Sul autônomo é viável (o que pode ser depreendido através dos marcos teóricos de análise da economia gaúcha até 60).

Considero que a Revolução Farroupilha, em decorrência de suas características dá origem e sedimenta, nos termos em que é posta e como fato real e verdadeiro a partir dos debates estabelecidos no meio intelectual, a construção do gaúcho como tipo regional que passa então a ser apropriado pelos tradicionalistas e por eles elaborado nos seus aspectos mais exteriores, configurando-o nos moldes em que passará a ser instituído e difundido.

## Dante e o Tradicionalismo Gaúcho

O Tradicionalismo Gaúcho – Movimento Tradicionalista –, enquanto espaço de apropriação e divulgação das tradições gaúchas, surge como um movimento de jovens de classe média urbana, estudantes secundarista do Colégio Júlio de Castilhos.

Embora o ano de 1948 constitua um marco forte do tradicionalismo gaúcho, entidades voltadas às tradições gaúchas existiam desde 1898 – Grêmio



Gaúcho de Porto Alegre, criado por João Cezimbra Jacques (homem de origem modesta, Major do Exército Nacional que havia sido soldado na Guerra do Paraguai). Ruben Oliven chama atenção para a justificativa da criação do Grêmio que destaca “a existência de costumes superados pela nossa evolução natural” e as “práticas trazidas do estrangeiro”, o que situa ainda em fins do século passado a preocupação com a defesa das tradições regionais. O Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, não foi o único criado. Como expõem Dante de Laytano em *O Folclore no Rio Grande do Sul* e Ruben Oliven em seu trabalho sobre o movimento tradicionalista (Oliven, 1990), são criados em 1899 a União Gaúcha de Pelotas por Simões Lopes Neto e o Centro Gaúcho de Bagé. Em 1901 em Santa Maria, em 1938 em área de colonização alemã é fundada uma sociedade gaúcha e em 1943 em Ijuí – região de colonização alemã e italiana.

Entretanto, a criação do 35 CTG, primeiro no tipo que posteriormente vai se difundir, tem seu nome evocando a Revolução Farroupilha, cuja data é 20 de setembro de 1835. “Seus fundadores eram, na maioria, estudantes secundários, todos vindos do interior do Rio Grande do Sul, principalmente das áreas pastoris onde predomina a pecuária praticada em grandes latifúndios” (Oliven, 1990, p. 11).

A criação do 35 CTG foi antecedida por um Departamento de Tradições Gaúchas no Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos em 1947. Deste Departamento surge a comemoração da Semana Farroupilha, através da Primeira Ronda Gaúcha, com as características com que até hoje se mantém.

A Revolução Farroupilha serviu então de marco mítico e ideológico para a organização do movimento que recupera a bandeira, a idéia, os heróis e o tipo gaúcho do pampa, como forma de reabilitar a imagem do Rio Grande e do seu povo.

A partir daí, o tradicionalismo ganha espaços oficiais e apoio para seu desenvolvimento. Em 1954, o Governo do Estado cria, na Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, o Instituto de Tradição e Folclore, institucionalizando a nível estadual a importância do estudo e do culto à tradição. Em 1964 são oficializadas por lei estadual a Semana Farroupilha (de 14 a 20 de setembro) e a Chama Crioula passa a ser recebida com todas as honras no Palácio Piratini (sede do governo estadual) e o desfile Farroupilha a 20 de setembro. Dois anos depois é oficializado, por lei, o Hino Farroupilha, ano em que é fundado O Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG – que congrega a maior parte das entidades tradicionalistas do estado que são então disciplinadas pela carta de Princípios do Tradicionalismo Gaúcho.

Em 1974, o Instituto de Tradição e Folclore se transforma na Fundação Gaúcha de Tradição e Folclore, que engloba também a antiga Comissão Gaúcha de Tradição e Folclore.

Em 1988, o ensino do Folclore é instituído nas Escolas de primeiro e segundo graus e em 1989, também Lei Estadual oficializa as pilchas como traje de honra e uso preferencial no Estado.

O oficialismo da Carta de princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho se manifesta no artigo 22, onde a Carta expressa como objetivo o de “procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas” (conforme citado por Oliven, 1990, p. 33-34).

A expansão e penetração do Movimento nos domínios pretendidos aparece, além das conquistas já referidas, através da criação de fatos, rituais e instituições “gauchizadas”: criação da Estância da Poesia Crioula – espécie de Academia de Letras para Escritores de temas gauchescos; a Missa Crioula, onde a organização da estância com as expressões que designam suas posições são reproduzidas no espaço sagrado; o casamento crioulo, festivais, rádios, instalação de uma verdadeira “indústria do gauchismo” com oferta dos bens que caracterizam o tipo gaúcho o qual passou a ser construído por regras rígidas que o Movimento, não sem polêmicas internas, estabelece em todas as suas manifestações: indumentária, culinária, lides, festas, arte, literatura, etc.

O espaço e a estrutura de produção do tradicionalismo aproximam-se de um lado do oficialismo da trajetória de Dante e de outro da preocupação com o folclore gaúcho. Em que pese o fato de Dante ter buscado inserir outras fontes da constituição do povo riograndense, ele não deixou de ver a importância da marca do homem da fronteira, homem esse que é tomado como modelo para a criação do gaúcho pelo tradicionalismo. As circunstâncias sob as quais esse movimento se organizou tão bem expostas por Oliven esclarecem o formato tomado.

A presença de Dante de Laytano nas instâncias oficiais do Folclore no estado aponta para a influência de suas idéias nesse campo.

## A Comissão Gaúcha de Folclore

A Comissão Gaúcha de Folclore foi criada em 23 de abril de 1948, integrando o movimento de criação da Comissão Nacional de Folclore, vinculada ao Ministério das relações Exteriores e sediada no Itamarati.

A Comissão Nacional constituiu-se como Comissão do IBECC/Unesco (Instituto Brasileiro da Educação, Ciência e Cultura e que é a Comissão brasileira da Unesco).

A iniciativa de sua criação é devida, segundo Dante de Laytano, a Renato de Almeida. Este era musicólogo, diplomata, com amplas ligações no meio intelectual e oficial que mediante o recrutamento de grandes personalidades do meio intelectual tais como Villa Lobos, Gustavo Barroso e Cecília Meireles, teria propiciado grande importância e notoriedade ao Folclore, além de contar com forte apoio político de figuras como Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura (Laytano, 1987)

A Comissão Nacional de Folclore evoluiu, estendendo-se para outro órgão, este de caráter estatal que foi a Campanha de Defesa do Folclore, também dirigida por Renato de Almeida.

A Comissão Nacional multiplicou-se em Comissões estaduais, donde a criação da Comissão Gaúcha em 1948.

Neste mesmo ano é fundado o 35 CTG (Centro de tradições Gaúchas) em Porto Alegre. Agremiações Tradicionalistas existiam antes da criação dos Centros de Tradição, sem que entretanto levassem o nome e a tônica comum que passam a apresentar a partir daí. Desde 1898 existia o Grêmio Gaúcho em Porto Alegre. Também no interior havia esse tipo de sociedade.

A partir da década de 40, eles se multiplicam, e segundo Dante de Laytano eles seriam em torno de 1500 atualmente e espalhados por todo o país e até fora do país.

A década de 50 incumbe-se da expansão do movimento e da homogeneização e definição daquilo que passa a ser a partir de então considerado como tradição gaúcha e cultura gaúcha.

Da mesma forma que quando da constituição da Comissão Nacional, a formação da Comissão Gaúcha reuniu os nomes de maior notoriedade na intelectualidade local, no dizer de Dante “nomes que expressassem o pensamento científico e literário do Rio Grande do Sul”. Ela foi sediada na Faculdade de Filosofia da hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidida por Dante de Laytano, na ocasião Professor de História da Antiguidade Clássica e de História do Brasil, além de membro do corpo docente do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

Instalada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, de caráter estatal, centralizava os acervos e informes recolhidos pelas diversas Comissões

estaduais, montando uma Biblioteca de Folclore no Rio de Janeiro, o que teria dado início ao Museu Nacional de Folclore. Foi instituído o Prêmio Sílvio Romero para estudos de Folclore Brasileiro.

Da Campanha de Defesa e da Comissão Nacional de Folclore, surge o Instituto Nacional de Folclore, instituição que incentivava, via Funarte, a pesquisa da cultura regional e o desenvolvimento da produção cultural regional.

Fizeram parte da fundação da Comissão Gaúcha de Folclore os seguintes nomes: Adão Carrazoni, Aldo Obino, Athos Damasceno Ferreira, Darcy Azambuja, Elpídio Paes, Enio Freitas e Castro, Érico Veríssimo, Ernani de Carvalho Haeffner, Fernando Corona, Guilhermino César, J. C. Paixão Cortes, Heinrich Bunse, Lothar Hessel, Luiz Carlos Barbosa Lessa, Luis Carlos de Morais, Manoelito de Ornelas, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Tony Seitz Petzhold, Walter Spalding, todos de Porto Alegre e Antonio Luz, de Gravataí, Biaggio Taranlino, de Rio Pardo, Ivo Caggiani, de Santana do Livramento, José L. de Freitas, de Triunfo, Romeu Beltrão, de Santa Maria, Celso Fiori, de Passo Fundo, Tarcísio Tabora, de Bagé, Bruno Mendonça Lima, de Pelotas, Mário Morais, de Cruz Alta, Umberto Feliciano de Carvalho, de Uruguaiana, Plínio Saraiva, de Taquari e José Augusto Rodrigues, de Santo Ângelo.

A Comissão Gaúcha de Folclore assume papel fundamental nas publicações de autores e temas regionalistas:

Constituíram-se num acontecimento único ao tempo de seu aparecimento, quando estas coisas não tinham a mínima aceitação e faltavam editores e mesmo autores e pesquisadores para o lançamento de publicações no gênero. O sucesso projetou a Comissão Gaúcha de Folclore pelo Brasil todo. Foram editadas 31 monografias, todas de nível e de um inestimável valor científico e assim, o Rio Grande do Sul colocou-se ao lado dos Estados do país que vinham dando importância ao problema dos estudos folclóricos. (Laytano, 1987, p. 149).

A partir de 1954, multiplicam-se as publicações. Laytano em *O Folclore no Rio Grande do Sul* arrola o que considerou mais significativo. Das 31 publicações, nada menos do que 18 eram de autoria dos membros da referida Comissão, sendo que autores como Walter Spalding, Barbosa Lessa, Paixão Coites e o próprio Dante, publicam mais de uma, e Renato de Almeida, Diretor da Comissão Nacional e da Campanha de Defesa do Folclore publica em 1958 um ensaio sobre música folclórica e música popular, sob o apoio de Comissão Gaúcha. Essas publicações vão até 1968, aproximadamente, segundo informa Dante.

Vários dentre os membros da Comissão, faziam parte do grupo fundador de CTG 35, como Barbosa Lessa e Paixão Cortes, além de outros menos notórios integrantes do movimento tradicionalista gaúcho.

Paralelamente à institucionalização do folclore como aspecto através do qual o regional se afirma e se define, o tradicionalismo se constrói e do mesmo modo se instala através da criação dos centros, realização de Congressos e difusão de obras elaboradas pelos seus criadores.

Para Laytano (1987, p. 150), “o Tradicionalismo veio evoluir em múltiplos aspectos criativos e mantenedores do conceito de um neo-regionalismo que se agarra no passado, restaurando uma imensa força viva...”. A fala do gaúcho, a língua, a gramática, o vocabulário, seriam os destaques “científicos” que o tradicionalismo viria resgatar. São arrolados por ele o total de 26 congressos Tradicionalistas realizados no período de 1954 a 1981, com sede em CTGs de vários municípios. Os segundo e terceiro congressos tiveram seus anais publicados através da Livraria do Globo e Gráfica Ijuí, sob o patrocínio dos próprios centros. A criação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore deu-se em 1974 com vínculos institucionais distintos da Comissão que lhe deu origem. Os termos e a justificativa de sua criação no Projeto de Lei que originou a lei estadual que o instituiu (Lei 6.736 de 29/09/74) ilustra muito bem o espírito que o presidiu:

Naimensidade geográfica do Brasil formamos um verdadeiro mosaico sociológico. Tipos humanos diversos agitam culturas singulares, que se distanciam, desde o linguajar à arte culinária, da indumentária à música popular, do condicionamento ao meio às reações individuais e coletivas, da tradição histórica às características folclóricas. Tudo isso representa um verdadeiro tesouro que deve ser preservado. O Rio Grande do Sul, no panorama sociológico da América Latina representa uma das áreas de cultura mais robusta: o gauchismo. Frente aos destroços culturais do mundo de após-guerra, sob o acomentimento de influências alienígenas que ameaçam asfixiar os núcleos de herança social da tipicidade americana do sul, a voz das tradições e do folclore brasileiro representam uma trincheira efetiva, pois o folclore é, por excelência, uma linguagem universal. Somos uma federação unida por uma só bandeira, mas constituída de grupos humanos desconhecidos entre si face ao distanciamento geográfico e às diversidades apontadas.

É necessário que nos conheçamos como brasileiros irmãos, filhos de uma só pátria. E para isso, nada melhor do que a imponência das brasílicas raízes. Para que melhor possa cumprir suas altas funções de intercâmbio e ação culturais, constituindo-se em instrumento adequado aos seus objetivos, a entidade ora

criada estrutura-se sob a forma jurídica de Fundação. (Helio Mariante citado por Laytano, 1987, p. 154).

O próprio Helio Mariante (Coronel do Exército) vai presidir este instituto que passou também, posteriormente, pelas mãos de Paixão Cortes, fundador e renome do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG.

A idéia da diversidade regional e da busca da unidade pela valorização dessas diferenças devidamente difundidas como caminho de construção da integração nacional, formam a base da justificativa de criação do Instituto. O reforço da participação do Rio Grande do Sul na “federação unida por uma só bandeira” com sua especificidade e sua força é algo que não deixa de remontar às discussões referentes ao seu pertencimento ao Brasil presentes nos textos de Dante de Laytano. Entretanto a diferença deve permanecer afirmada. A unidade se daria através da “imponência das brasílicas raízes”, diferenciadas porém integradas ao nacional.

## Considerações finais

A constituição da região como categoria sobre a qual deve assentar-se a integração nacional, estabelece o caminho para a formulação de uma política econômica e cultural. No bojo desta idéia, dá-se o incentivo à institucionalização, pelo estado, de espaços para pensar o regional. No Rio Grande do Sul, em que pese a existência anterior do regionalismo na literatura – Simões Lopes Neto seria um exemplo significativo – desenvolve-se um movimento que se apresenta de um lado, através do incentivo às pesquisas folclóricas e de outro, pelo tradicionalismo (regionalismo prático) – o “gauchismo”, cultivado nos CTGs.

O fato da questão nacional estar em jogo, conduz os historiadores e folcloristas a buscar no regional a rota do pertencimento do Rio Grande do Sul ao contexto brasileiro.

Dante de Laytano elabora um trabalho que, se mapeia a diversidade cultural do sul, não nega seu traço básico mais remoto: a experiência pastoril da fronteira, o clima, a paisagem e procura introduzir no conceito de gaúcho o mundo urbano, a região colonial, a serrana.

O tradicionalismo gaúcho, enquanto prática desenvolvida pelos CTGs, penetra no mundo oficial/institucional e se transforma no veículo por excelência da preservação/recriação da tradição. Entretanto, o modelo que se sobrepõe é o

gaúcho pampeiro. Esta figura terminou por englobar aqueles demais “gaúchos” que Dante caracterizou e que os CTGs absorveram através de sua expansão.

O gaúcho contém em seu significado, além dos traços e estereótipos construídos, uma mística libertária, guerreira, que tem como marco identificador a Revolução Farroupilha, cujo caráter historiadores como Dante de Laytano foram capazes de tecer de modo a compatibilizar a autonomia libertadora com a integração à Nação através da afirmação do predomínio da tradição luso-brasileira na formação do seu povo e do nacionalismo do movimento farrapo mediante a refutação de seu platinismo.

O papel do Professor Dante de Laytano teria sido não só o de pesquisador interessado, mas principalmente de agente motivador da institucionalização do folclore como disciplina e do tradicionalismo como prática. A via oficial acompanhou o movimento e seu crescimento. A presença de Dante parece marcante nesse processo.

Sua trajetória, seus vínculos políticos e institucionais fizeram dele, em diversos momentos, o centro de legitimação dos acontecimentos culturais voltados à tradição no âmbito oficial. Uma vez estabelecidos os princípios de comunicação do tradicionalismo com o Estado, o jogo político incumbe-se de manter e desenvolver.

As transformações sofridas pelo país, promoveram a transmutação do tradicionalismo em fenômeno cultural de relevo, chegando a assumir características de um movimento de massas.

A Revolução Farroupilha como marco simbólico desse processo, continua sendo objeto de reflexão dos historiadores, e as teses defendidas por Dante parecem ter prevalecido.

Se o tradicionalismo com suas práticas “toma emprestado” do Prata muitos de seus temas, coube a Dante mostrar os muitos outros, lusitanos, que seriam predominantes e com força capaz de influenciar o outro lado da fronteira e pôde ainda incluir na sua reflexão historiográfica o tema da diversidade e através dele a cultura como instância de reflexão histórico-antropológica do Rio Grande do Sul e do gaúcho. Se nos aproximamos do Prata é por termos sido capazes de levar até lá, juntamente com a expansão da fronteira, o nosso peão livre, altivo, guerreiro. Essa reconstrução do sentido nacional do gaúcho através da lusitanidade e brasilidade do Rio Grande do Sul (em especial de sua grande Revolução) permitiu redimensionar naquele momento a relação do Rio Grande do Sul com o país e o significado da participação dos gaúchos na vida política brasileira.

## Referências

BOURDIEU, P. O campo científico. In: BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

FREYRE, G. *O Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976. Edição Comemorativa do 50º aniversário do Manifesto.

LAYTANO, D. de. *História da República Riograndense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LAYTANO, D. de. *O folclore no Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas*. Porto Alegre: Nova Dimensão: EDUCS/EST, 1987.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Populações meridionais do Brasil: vol. 2: o campeador riograndense*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

OLIVEN, R. O nacional e o regional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, out. 1986.

OLIVEN, R. O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental: o tradicionalismo gaúcho. *Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, n. 1, 1990.

SPALDING, W. A Revolução Farroupilha. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE. Porto Alegre: Sulina, 1968.

TARGA, L. R. P. *O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas*. 1991. Mimeografado.

TARGE, L. R. P. O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das características econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, ano 9, n. 2, 1988.